



Simulado Final

MP SP

Analista De Promotoria II
Agente De Promotoria

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-SP**, cargo de **Analista de Promotoria II - Agente de Promotoria**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aF5f4wUUJKicWSuK9>

| | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 16 - ABCDE | 31 - ABCDE | 46 - ABCDE | 61 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 17 - ABCDE | 32 - ABCDE | 47 - ABCDE | 62 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 18 - ABCDE | 33 - ABCDE | 48 - ABCDE | 63 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 19 - ABCDE | 34 - ABCDE | 49 - ABCDE | 64 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 20 - ABCDE | 35 - ABCDE | 50 - ABCDE | 65 - ABCDE | 80 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 21 - ABCDE | 36 - ABCDE | 51 - ABCDE | 66 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 22 - ABCDE | 37 - ABCDE | 52 - ABCDE | 67 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 23 - ABCDE | 38 - ABCDE | 53 - ABCDE | 68 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 24 - ABCDE | 39 - ABCDE | 54 - ABCDE | 69 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 25 - ABCDE | 40 - ABCDE | 55 - ABCDE | 70 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 26 - ABCDE | 41 - ABCDE | 56 - ABCDE | 71 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 27 - ABCDE | 42 - ABCDE | 57 - ABCDE | 72 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 28 - ABCDE | 43 - ABCDE | 58 - ABCDE | 73 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 29 - ABCDE | 44 - ABCDE | 59 - ABCDE | 74 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 30 - ABCDE | 45 - ABCDE | 60 - ABCDE | 75 - ABCDE | 90 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/aZoQ>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***Brasileiros reduzem redes sociais, compras por impulso e eventos sociais por sobrecarga mental, aponta pesquisa**

A percepção de que o tempo passou a correr em ritmo descontrolado tem influenciado decisões cotidianas dos brasileiros. Um estudo da BALT Consultoria de Pesquisa e Estratégia, realizado entre janeiro e março de 2025, apontou que 72% da população sente que não consegue acompanhar as demandas do dia a dia. Como reflexo, há um movimento maior de recusa a excessos e de busca por silêncio, pausa e sentido nas relações e no consumo.

Segundo o levantamento “O Tempo das Coisas”, 64% dos entrevistados relataram afastamento das redes sociais por cansaço. Outros 58% evitam lugares cheios, mesmo após o fim das restrições sanitárias impostas pela pandemia. Além disso, 55% afirmam ter reduzido compras por impulso, enquanto 47% procuram momentos de isolamento e silêncio como forma de cuidado pessoal. Quase metade das pessoas consultadas declarou evitar compromissos sociais com mais frequência.

De acordo com Lucas Fraga, cofundador e responsável pela estratégia da BALT, a reação a essa aceleração é direta: “As pessoas passaram a escolher o que consumir, o que responder, o que viver.” Ele afirma que há uma recusa ao modelo de produtividade constante que dominou a cultura nas últimas décadas.

A responsável pela pesquisa, Ana Catarina Holtz, observou que práticas antes vistas como improdutivas, como o descanso e o tédio, passaram a ser valorizadas como formas legítimas de cuidado pessoal. Para ela, há uma transformação no modo como o tempo é percebido: “Estamos vendo um desejo coletivo de viver com mais presença e menos obrigação. O excesso virou incômodo”, afirma.

A pesquisa revelou também que essa mudança já influencia a maneira como a população consome, se informa e interage com marcas e conteúdos. A rejeição à hiperexposição e ao desempenho contínuo impõe um desafio a empresas e influenciadores. Segundo Holtz, há

uma transição: o desejo passou a girar em torno do que oferece espaço, e não do que ocupa. Fraga complementou que o novo valor está no tempo disponível e alertou para que “as marcas que perceberem essa mudança antes vão ter vantagem.”

(Fonte: Carta Capital, *online*. Texto publicado em: 02 de agosto de 2025.
Adaptado.)

1. Segundo o texto, é correto afirmar que

- a) a redução do uso das redes sociais decorre principalmente da percepção de que elas perderam relevância na comunicação contemporânea, motivo pelo qual a maioria prefere substituí-las por eventos sociais presenciais.
- b) o estudo indica que o afastamento de atividades antes corriqueiras se relaciona ao incômodo com ambientes que ampliam a sensação de aceleração, levando parte da população a priorizar práticas associadas ao silêncio e ao tempo livre.
- c) de acordo com a análise de Fraga, o cansaço coletivo se deve sobretudo à estagnação do modelo produtivo das últimas décadas, que deixou de atender às novas demandas de consumo.
- d) para Holtz, a valorização de práticas como descanso e tédio revela uma tendência de rejeitar qualquer forma de interação com marcas, já que essas experiências reforçam a ideia de improdutividade.
- e) a pesquisa mostra que, apesar da rejeição a ambientes agitados, os entrevistados continuam engajados em compras por impulso, indicando que o consumo imediato permanece como forma predominante de compensação emocional.

2. As informações do último parágrafo do texto permitem inferir que

- a) a mudança descrita tende a ampliar a influência das marcas sobre o público, já que o desejo por 'espaço' revela maior abertura para conteúdos que ocupam menos tempo, mas circulam em maior quantidade.
- b) a rejeição à hiperexposição, embora crescente, não impacta de maneira relevante a relação entre consumidores e influenciadores, já que ambos continuam a operar prioritariamente por mecanismos de visibilidade contínua.
- c) a vantagem competitiva mencionada por Fraga pressupõe que as empresas devem reforçar o ritmo acelerado de produção de conteúdos, pois o público tende a valorizar marcas que se mantêm continuamente visíveis.
- d) o deslocamento do interesse para aquilo que oferece 'espaço' indica que estratégias tradicionais de marketing, centradas em presença constante e volume de exposição, tornam-se menos eficientes diante das novas expectativas do público.
- e) a busca por tempo disponível implica abandonar práticas de consumo digital, o que deve reduzir a necessidade de adaptação das empresas ao comportamento dos usuários.

3. O texto desenvolve a ideia principal de que

- a) a redução de compras por impulso e de eventos sociais decorre principalmente de hábitos herdados da pandemia, e não de mudanças na percepção do tempo.
- b) o afastamento das redes e a busca por silêncio revelam apenas ajustes pontuais no cotidiano, sem impacto significativo sobre padrões de consumo e produtividade.
- c) a sensação de aceleração do tempo leva muitos brasileiros a rejeitar excessos e a valorizar práticas que oferecem mais espaço, menos obrigação e menor exposição.
- d) as falas dos especialistas mostram que a recusa à produtividade constante ainda é limitada e não

afeta de modo relevante a relação entre consumidores e marcas.

- e) os dados da pesquisa indicam que a procura por isolamento tende a reduzir, no futuro, a importância do tempo disponível como valor social e comercial.

4. Assinale a opção em que as expressões destacadas mantêm relação coesiva, correta e respectivamente, com os termos entre colchetes:

- a) **Ele** afirma que há uma recusa ao modelo de produtividade constante... ["levantamento 'O Tempo das Coisas'"] (3º parágrafo)
- b) há uma recusa ao modelo de produtividade constante **que** dominou a cultura nas últimas décadas ... ["modelo"] (3º parágrafo)
- c) Para **ela**, há uma transformação no modo como o tempo é percebido... ["pesquisa"] (4º parágrafo)
- d) **essa** mudança já influencia a maneira como a população consome... ["cuidado pessoal"] (5º parágrafo)
- e) as marcas que perceberem **essa** mudança antes vão ter vantagem. ["marcas"] (5º parágrafo)

- Além disso, 55% afirmam ter reduzido compras por impulso (2º parágrafo)

- De acordo com Lucas Fraga, cofundador e responsável pela estratégia da BALT, a reação a essa aceleração é direta (3º parágrafo)

5. No contexto em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- a) Por isso; Como
- b) No entanto; Segundo
- c) Outrossim; Apesar de
- d) Apesar disso; Para
- e) Ademais; Para

6. Assinale a alternativa em que o termo em destaque pertence à classe dos adjetivos, ou seja, atribui uma qualidade a outro termo da frase.

- a) o tempo passou a correr em ritmo descontrolado.
- b) 64% dos entrevistados relataram afastamento das redes sociais por cansaço.
- c) As pessoas passaram a escolher o que consumir, o que responder, o que viver.
- d) há uma transformação no modo como o tempo é percebido.
- e) as marcas que perceberem essa mudança antes vão ter vantagem.

7. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Empresas, que optam por práticas, de responsabilidade social conseguem uma melhor imagem no mercado.
- b) A indústria de eletrônicos, tem passado por dificuldades, visto que componentes estão em falta.
- c) Embora os funcionários tenham se empenhado as vendas não atingiram a meta, para o mês.
- d) Nos últimos anos, as escolas deixaram de receber matrícula de milhares de crianças.
- e) A busca por reconhecimento social tem movido, grande parte, da sociedade contemporânea.

8. É adequada a articulação entre os tempos e modos verbais na seguinte frase:

- a) Se você estudasse mais, aprenderá a matéria.
- b) Se eu tivesse dinheiro, compraria um carro novo no ano passado.
- c) Assim que a equipe terminou o projeto, começará a trabalhar em outro.
- d) Caso ele fosse à palestra, trará informações importantes.
- e) Quando o chefe chegou, nós já tínhamos terminado o trabalho.

9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Cerca de cinco mil candidatos se inscreveu para o concurso neste final de semana.
- b) Nos últimos dias, mais de um jornal fizeram alusão ao aumento dos juros.
- c) O comportamento das pessoas, com o avanço das novas tecnologias, por vezes se tornam robotizados.
- d) Publicam-se, nos jornais do mundo inteiro, notícias alarmantes a respeito das mudanças climáticas.
- e) O ambiente estava devastado e ali se via somente ruínas.

10. O sinal indicativo de crase foi usado corretamente APENAS em

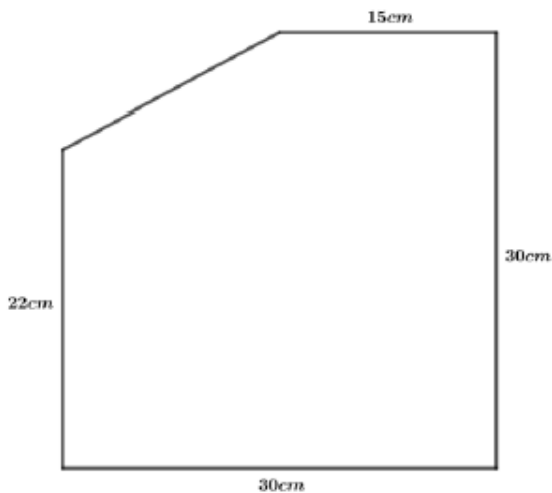
- a) Diga àquele cliente que a liquidação acabou.
- b) Ele vive à sonhar com as glórias do passado.
- c) A tragédia provocou danos irreparáveis à vítimas.
- d) Ele nunca concorreu à vaga alguma na empresa.
- e) Os professores entregaram os diplomas à todos os formandos.

MATEMÁTICA*Carlos Henrique*

11. Em um galpão, algumas urnas serão empilhadas, de modo que cada coluna tenha sempre o mesmo número de urnas. Portanto, é possível colocar em cada coluna ou 9, ou 12 ou 14 urnas, e não restará urna fora das colunas. Sabendo que o número total dessas colunas é menor que 300, então, se forem colocadas 9 urnas em cada coluna, o número de colunas formadas será

- a) 20.
- b) 26.
- c) 25.
- d) 24.
- e) 28.

12. Maria Bu faz um desenho para o quarto de suas bonecas. A figura a seguir ilustra um quarto com 5 lados, desenho de um quadrado de lado 30 cm. Chamemos os vértices de A, B, C, D e E, onde $AB = 15$ cm, $BC = 30$ cm, $CD = 30$ cm, $DE = 22$ cm.



A área do desenho de Maria Bu é, em cm^2 , igual a:

- a) 800
- b) 820
- c) 840
- d) 860
- e) 880

13. Uma construção foi feita com três quartos lado a lado e eles possuem a mesma largura. O primeiro quarto é um quadrado, o segundo quarto possui mais 1m de comprimento que o primeiro e o terceiro mais 1m de comprimento que o segundo. Os três quartos juntos possuem uma área de 36 m^2 . A área do quarto maior é igual a:

- a) 10 m^2
- b) 12 m^2
- c) 15 m^2
- d) 18 m^2
- e) 24 m^2

14. Em uma festa, a estatística Marcinha ao perguntar a idade dos presentes descobriu que a média aritmética e a moda (unimodal) das idades 24, 26, 27, 29, 29, 30, X são iguais.

Logo, a estatística Marcinha calculou corretamente que a idade X é igual a:

- a) 28.
- b) 30.
- c) 32.
- d) 35.
- e) 38.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

O enunciado a seguir, refere-se às questões 15, 16 E 17.

Monet realizou uma pesquisa em seu bairro sobre hábitos de alimentação de 300 moradores, e verificou que:

- 120 gostam de carne;
- 100 gostam de torta;
- 80 gostam de massa;
- 50 gostam de carne e torta;
- 40 gostam de carne e massa;
- 30 gostam de torta e massa;
- 20 gostam dos três.

15. O número de moradores que não gostam de nenhum dos pratos listados acima é igual a:

- a) 50
- b) 100
- c) 80
- d) 120
- e) 140

16. Quatro pessoas são escolhidas aleatoriamente dentre os moradores que gostam **SOMENTE** de carne e torta. Calcule a quantidade de maneiras com que essa escolha possa ser feita.

- a) 27.405
- b) 27.410
- c) 27415
- d) 27.420
- e) 27.425

17. Escolhendo-se aleatoriamente duas pessoas, qual é a probabilidade de que elas gostem de carne e massa OU massa e torta?

- a) $1/2$
- b) $1/3$
- c) $1/4$
- d) $1/5$
- e) $1/6$

18. Dada uma sequência numérica, a partir do segundo termo, há um padrão lógico.

41, 46, 56, 67, 80, 88, 104, X

Ao continuar com o mesmo padrão, o valor de X é:

- a) 108
- b) 109
- c) 110
- d) 111
- e) 112

ATUALIDADES*Leandro Signori*

19. Oscar 2026: 'O agente secreto' é o representante do Brasil em busca de vaga na premiação.

Academia Brasileira de Cinema anunciou que o longa dirigido por Kleber Mendonça Filho e estrelado por Wagner Moura tentará vaga como Melhor Filme Internacional.

G1, 15 de setembro de 2025. Acesso em: 11 out. 2025. Com adaptações. Disponível em <https://encurtador.com.br/SY6L9>.

O filme trata de um (uma):

- a) Mulher idosa que decide assumir o controle de sua existência mesmo diante das imposições da sociedade, desafiando normas rígidas que ameaçam sua autonomia.
- b) Drama real das meninas abusadas sexualmente na ilha de Marajó, no Pará.
- c) Professor universitário que volta para o Recife para reencontrar o filho caçula, apesar do risco que corre em plena ditadura militar.
- d) Mãe de cinco filhos, que precisa lidar com o desaparecimento de seu marido, um ex-deputado federal assassinado pela ditadura militar.
- e) Um jovem que, sem familiares próximos, assume os cuidados da avó com Alzheimer em estágio terminal, com o apoio de dois amigos.

20. Pelo testamento de Alfred Nobel, o Prêmio Nobel da Paz deve ser entregue à pessoa ou organização que tenha contribuído de forma significativa para a fraternidade entre as nações, a abolição ou redução de exércitos permanentes, e a promoção de congressos de paz.

G1, 10 de outubro de 2025. Acesso em: 05 nov. 2025. Com adaptações. Disponível em <https://encurtador.com.br/GXQtQ>.

No ano de 2025, o prêmio Nobel da Paz foi para o/a:

- a) Donald Trump, presidente norte-americano.
- b) Organização das Nações Unidas (ONU), que fez 80 anos em 2025, criada para promover a paz e a segurança internacional.
- c) María Corina Machado, líder opositora venezuelana.

d) Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), organização não governamental sediada em Nova Iorque, dedicada a defender a liberdade de imprensa e os direitos dos jornalistas ao redor do mundo.

e) Salas de Resposta de Emergência (ERRs) no Sudão, redes comunitárias, ligadas aos comitês de resistência, que prestam ajuda humanitária a civis desde o início da guerra civil no país.

21. O coronel Michael Randrianirina foi empossado como novo presidente de Madagascar na sexta-feira (17/10), dias após um golpe militar no país.

Ele trocou o uniforme de combate por um terno e agradeceu aos jovens que foram às ruas durante semanas de protestos que levaram o presidente Andry Rajoelina a fugir do país e resultaram em seu impeachment.

Protestos liderados por jovens da Geração Z estão se espalhando pelo mundo.

BBC Brasil, 19 de outubro de 2025. Acesso em: 05 nov. 2025. Com adaptações. Disponível em <https://encurtador.com.br/deHL>.

Sobre os recentes protestos liderados pela Geração Z, assinale a afirmativa incorreta:



- a) Apesar de estopins distintos, os protestos têm a mesma raiz: o repúdio profundo à elite política tradicional e às suas ostentações de luxo e poder.
- b) Especialistas afirmam que as redes sociais fortalecem os protestos, sem tornar as manifestações mais suscetíveis à fragmentação e à repressão.
- c) Crescidos em meio a abismos sociais, volatilidade econômica e turbulências internacionais, esses jovens encontram baixos incentivos e falta de oportunidades no mercado de trabalho.
- d) O movimento se espalhou e adotou como símbolo a caveira de chapéu de palha do mangá One Piece, cujo herói combate um regime corrupto e opressor.
- e) As redes sociais também tornaram possível a troca de táticas de protesto entre manifestantes em diferentes países.

- a) Camarões.
b) Sudão.
c) Sudão do Sul.
d) Marrocos.
e) Argélia.

INFORMÁTICA

Rengto Da Costa

23. Observe o fragmento extraído de uma janela do MS Excel 365 abaixo:

| | | | | | | | | | |
|------|-----------------|---|---|---|---|---|-------|---|-----------------|
| SOMA | | | | : |  |  | f_x | : | =NÚM.CARACT(A1) |
| | A | B | C | | | | | | |
| 1 | 08/11/2025 | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | |
| 3 | =NÚM.CARACT(A1) | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | |


Considerando que o conteúdo de A1 está formatado como DATA, a fórmula digitada na célula A3, irá retornar como resultado:

- a) 4
b) 5
c) 6
d) 8
e) 10

24. Observe o fragmento da janela extraída do MS Word 365 a seguir:



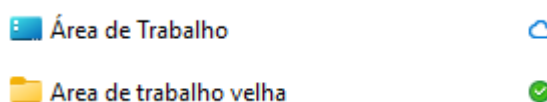
- 1 **Ministério Público do Estado** de SÃO PAULO
2 Ministério Público do Estado de São Paulo

Considerando que com o trecho de texto selecionado foi pressionada o botão  para copiar a formatação que em seguida foi colada na linha imediatamente abaixo:

Assinale a alternativa que irá apresentar o resultado da formatação aplicada na segunda linha:

- a) Ministério Público do Estado de São Paulo
b) **Ministério Público do Estado** de SÃO PAULO
c) **Ministério Público do Estado de São Paulo**
d) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
e) **Ministério Público do Estado de São Paulo**

25. Considere o fragmento de uma janela do Explorador de Arquivos do Windows 11 com a pasta do OneDrive selecionada:



É correto afirmar que:

- a) Ambas as pastas estão sincronizadas na nuvem mas somente a primeira pasta pode ser acessada offline.
- b) Ambas as pastas estão disponíveis no computador para acesso offline.
- c) Ambas as pastas estão disponíveis apenas online.
- d) A primeira pasta está acessível apenas online e a segunda apenas offline.
- e) A primeira pasta está acessível apenas online e a segunda pasta que sempre será mantida no computador está sincronizada na nuvem.

26. Observe a seguinte URL completa:

<https://www.mpsp.mp.br:443/cursos/informatica?turma=2025&turno=matutino#inscricoes>

Com base em seus componentes, assinale a alternativa que identifica corretamente cada parte da URL:

a)

https = protocolo de comunicação

www.mpsp.mp.br = domínio

:443 = caminho do arquivo

/cursos/informatica = âncora

?turma=2025&turno=matutino#inscricoes
parâmetros

=

b)

https = protocolo

www.mpsp.mp.br

= domínio

:443 = porta

/cursos/informatica = caminho ou rota

?turma=2025&turno=matutino = parâmetros

#inscricoes = âncora

c)

https = endereço IP

www.mpsp.mp.br

= diretório

:443 = domínio

/cursos/informatica = protocolo

#inscricoes = consulta

d)

https = domínio

www.mpsp.mp.br

= servidor

:443 = protocolo

/cursos/informatica = âncora

#inscricoes = caminho

e)

https = servidor

www.mpsp.mp.br:443

= domínio

/cursos/informatica = parâmetro

?turma=2025&turno=matutino#inscricoes = porta

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO - PARTE DE CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. Em julgamento perante Tribunal Regional, o relator suscitou a incompatibilidade de determinado artigo de lei com a Constituição. O órgão fracionário, por maioria simples, afastou a aplicação do dispositivo no caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial, nem instaurar incidente específico. À luz do modelo constitucional de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que o órgão fracionário:

- a) atuou corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar norma inconstitucional, independentemente de formalidades, no controle difuso.
- b) atuou incorretamente apenas porque não obteve unanimidade na votação.
- c) atuou corretamente, já que a reserva de plenário restringe-se ao controle concentrado exercido pelo STF.
- d) atuou incorretamente, por violar a cláusula de reserva de plenário, que exige decisão do Plenário ou órgão especial do tribunal para afastar a incidência de lei por inconstitucionalidade.
- e) atuou corretamente, uma vez que não declarou expressamente a inconstitucionalidade, limitando-se a afastar a norma no caso concreto.

28. Após regular processamento de ação penal, com observância do contraditório e da ampla defesa, transitou em julgado a sentença que condenou Eduardo pela prática de crime comum. A pena privativa de liberdade foi integralmente substituída por prestação de serviços à comunidade, a ser cumprida junto à entidade indicada pelo juízo da execução. À luz da disciplina constitucional dos direitos políticos e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que, enquanto perdurar o cumprimento da pena:

- a) encontra-se apto a propor ação popular, em razão da suspensão de seus direitos políticos.
- b) permanece livre para exercer todos os atos próprios da cidadania, inclusive votar e ser votado, sem qualquer restrição.
- c) a única repercussão possível é eventual inelegibilidade prevista em legislação infraconstitucional, sem reflexos sobre seus direitos políticos.
- d) poderá ser nomeado e empossado em cargo público, caso tenha sido aprovado em concurso, desde que atendidos os demais requisitos legais e inexistente incompatibilidade entre a função e a infração praticada.
- e) está automaticamente proibido de exercer qualquer função pública enquanto durar a sanção.

29. Habitantes do distrito de Serra Azul, situado no Município de Monte Verde, Estado Lúmen, passaram a defender sua transformação em Município autônomo, bem como cogitaram sua eventual incorporação a município vizinho. Buscou-se orientação quanto aos requisitos constitucionais.

Foi corretamente informado que:

- a) basta a aprovação de leis municipais pelos Municípios envolvidos, precedidas de consulta popular local.
- b) é suficiente a realização de plebiscito apenas no distrito interessado, dispensada consulta aos demais Municípios afetados.

c) o procedimento é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, prescindindo de parâmetros estabelecidos em lei federal.

d) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios exigem lei estadual específica, observância de lei complementar federal que fixe requisitos e período, realização de estudos de viabilidade e plebiscito às populações diretamente interessadas.

e) qualquer alteração territorial entre Municípios depende de autorização do Congresso Nacional por se tratar de tema federativo.

30. No Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado Aurora, foi pautado o julgamento de processo administrativo disciplinar contra o juiz Raul. O presidente determinou que a sessão se realizasse com portas fechadas, permitindo a permanência apenas do magistrado e de seu defensor. Todos os conselheiros compareceram e, por maioria, aplicaram pena disciplinar, em deliberação formalmente fundamentada.

À luz da Constituição, é correto afirmar que a situação descrita:

- a) não apresenta qualquer irregularidade, pois a matéria é *interna corporis*.
- b) é inválida apenas por ausência de motivação adequada da decisão.
- c) é inválida exclusivamente por não ter sido observada unanimidade na aplicação da sanção.
- d) é viciada apenas em razão da realização do julgamento em sessão não pública, salvo hipóteses excepcionais previstas em lei.
- e) é viciada apenas pelo fato de o próprio Tribunal exercer competência disciplinar sobre o juiz a ele vinculado.

31. Com o objetivo de ajustar a política econômica, o Presidente da República editou medida provisória majorando a alíquota do IOF incidente sobre operações de câmbio. A MP foi encaminhada ao Congresso com exposição de motivos quanto à relevância e urgência. Sem exame por comissão mista, foi diretamente apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, aprovada em turno único por maioria simples, com presença de mais da metade dos membros. No Senado, também foi aprovada em um turno por maioria simples. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso promulgou a lei de conversão. Sobre a situação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Exigia-se, em ambas as Casas, quórum de maioria absoluta para aprovação da medida provisória, razão pela qual a votação por maioria simples implica sua rejeição.
- b) A ausência de apreciação pela comissão mista configura vício formal relevante, apto a acarretar a inconstitucionalidade da lei de conversão, segundo a jurisprudência do STF.
- c) Nos termos da Constituição, a votação da medida provisória deve ser iniciada necessariamente na Câmara dos Deputados.
- d) A medida provisória aprovada sem alterações pelo Congresso não se submete à sanção ou veto presidencial, sendo diretamente promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.
- e) A majoração da alíquota do IOF pode produzir efeitos imediatos, uma vez que esse imposto não se submete à regra geral de anterioridade.

32. À luz do disposto nos incisos XVII a XXI do art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de associações com finalidade econômica depende de autorização prévia do Poder Público, admitindo-se ingerência estatal em sua organização interna.
- b) Entidades associativas podem ser dissolvidas diretamente por ato administrativo, desde que posteriormente seja comunicada a decisão ao Poder Judiciário.
- c) Ninguém é obrigado a associar-se ou a permanecer associado, sendo vedadas associações de caráter paramilitar, ainda que com fins aparentemente lícitos.
- d) Associações regularmente constituídas possuem legitimidade automática para representar, em juízo, qualquer pessoa residente no território nacional, independentemente de autorização.
- e) A dissolução de associação pode ser determinada por decisão administrativa liminar, enquanto a suspensão de suas atividades exige decisão judicial transitada em julgado.

33. Lucas, maior, capaz e adepto de determinada confissão religiosa, foi encaminhado a hospital público após acidente grave, com significativo risco de morte por hemorragia. Informado sobre a necessidade de transfusão de sangue, recusou expressamente o procedimento por razões de fé, apresentando declaração escrita, assinada perante testemunhas, e diretivas antecipadas registradas em cartório. Havia, segundo a equipe médica, alternativa terapêutica eficaz sem uso de hemoderivados, disponível na rede pública. No mesmo período, os pais de uma criança de 9 anos, pertencentes à mesma religião, negavam transfusão indicada como medida segura e indispensável para salvar a vida do filho, diante da inexistência de tratamento alternativo adequado.

À luz da CF/1988 e do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A recusa de Lucas deve ser respeitada, desde que livre, informada e inequívoca, devendo o Estado envidar esforços para ofertar a alternativa terapêutica eficaz disponível no SUS.
- b) A transfusão deve ser imposta a Lucas, pois a liberdade religiosa não autoriza recusa de procedimento necessário à preservação da vida em qualquer hipótese.
- c) A recusa de tratamento potencialmente salvador por paciente maior e capaz é sempre inválida, prevalecendo o dever estatal de proteção da vida sobre a autonomia individual.
- d) Os pais podem recusar validamente a transfusão indicada ao filho menor, ainda que seja o único meio seguro, pois a liberdade de crença da família prevalece sobre o melhor interesse da criança.
- e) O Estado não tem obrigação de oferecer terapias alternativas; uma vez recusada a transfusão, exaure-se o seu dever, não se exigindo adequação científica às convicções religiosas do paciente.

34. Em 2005, Helena nasceu em Toronto. Sua mãe, brasileira nata, residia no Canadá por razões profissionais, não estando a serviço do Brasil. Poucos dias após o parto, seus responsáveis providenciaram o registro do nascimento junto ao Consulado-Geral do Brasil em Toronto. Em 2024, já maior, o Estado canadense encaminha ao Brasil pedido de extradição de Helena por suposto crime comum praticado naquele país, com base em tratado bilateral de extradição. A defesa sustenta que Helena é brasileira nata.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Como o delito imputado foi cometido após a maioridade, não há impedimento constitucional para a extradição, ainda que se trate de brasileira nata.
- b) O registro em repartição consular brasileira gera apenas condição de brasileira naturalizada, admitindo-se a extradição nas hipóteses do art. 5º, LI.
- c) O registro consular de nascimento confere a Helena a condição de brasileira nata (art. 12, I, “c”), razão pela qual é vedada sua extradição, mesmo em caso de crime comum e havendo tratado.
- d) A extradição seria admissível se o crime imputado fosse tráfico ilícito de entorpecentes, por constituir exceção também aplicável aos brasileiros natos.
- e) A aquisição de nacionalidade canadense implica automática perda da nacionalidade brasileira originária, afastando a proteção do art. 5º, LI.

35. Sobre os direitos sociais na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A moradia, a alimentação e o transporte estiveram previstos como direitos sociais desde o texto original da Constituição, sem necessidade de alteração formal.
- b) A chamada reserva do possível afasta a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário na concretização de direitos sociais, por se tratar de matéria exclusiva de gestão orçamentária e administrativa.
- c) O princípio da vedação ao retrocesso social atua como limite à supressão ou restrição injustificada de direitos sociais já implementados, impondo ao Estado o dever de preservar conquistas mínimas de proteção.
- d) Os direitos sociais previstos na CF/1988 são, em regra, normas de eficácia plena, integralmente autoaplicáveis e independentes de políticas públicas ou regulamentação.
- e) O mínimo existencial implica que todos os direitos sociais devem ser concretizados de forma irrestrita, sem qualquer consideração quanto às limitações de recursos públicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO - PARTE DE LEG. ESPECÍFICA

Tiago Zanolla

36. Durante audiência pública promovida por comissão do Senado Federal sobre o sistema de justiça, uma assessora legislativa afirmou que os Ministérios Públicos estaduais não poderiam ajuizar ações diretamente no STF ou STJ, pois apenas o Procurador-Geral da República teria essa atribuição, com base no princípio da unidade institucional do Ministério Público.

Considerando o princípio da unidade do MP e as decisões do STF sobre o tema, aponte a afirmativa correta:

- a) A afirmação da assessora está correta, pois todos os ramos do Ministério Público estão subordinados funcionalmente ao PGR, inclusive para propositura de ações e recursos em tribunais superiores.
- b) A afirmação está incorreta, pois o princípio da unidade permite a atuação de qualquer membro do MP, inclusive estadual, em qualquer feito judicial, independentemente da competência material.
- c) A afirmação está incorreta, pois a unidade do MP não implica subordinação entre seus ramos, e os MPs estaduais possuem legitimidade ativa para atuar no STF/STJ, sem necessidade de ratificação pelo PGR.
- d) A afirmação está correta, pois embora os MPs estaduais sejam autônomos, a direção única prevista na CF impõe que o PGR valide suas manifestações nos tribunais superiores.
- e) A afirmação está incorreta, pois embora haja independência entre os ramos do MP, apenas os membros do MPF podem atuar fora de sua esfera de atribuição originária.

37. Durante entrevista de um candidato ao cargo de Procurador-Geral de Justiça o repórter questionou se, uma vez empossado, poderia intervir diretamente em investigações conduzidas por membros do Ministério Público que envolvessem agentes políticos com foro privilegiado, alegando interesse público superior. O candidato respondeu que a Constituição assegura ao Ministério Público não apenas a independência dos membros, mas também autonomia funcional da instituição, o que impediria tal interferência.

Com base no princípio da autonomia funcional e na distinção entre ela e a independência funcional, assinale a afirmativa correta:

- a) A autonomia funcional permite a qualquer membro do MP atuar livremente, inclusive em desacordo com diretrizes institucionais, sem qualquer controle interno.
- b) A independência funcional assegura que o MP atue livremente frente aos demais Poderes, podendo recusar-se a cumprir determinações judiciais.
- c) A autonomia funcional garante a liberdade institucional do MP frente a pressões externas, enquanto a independência funcional assegura a liberdade individual de seus membros no exercício de suas funções.
- d) A autonomia funcional impede o Procurador-Geral de Justiça de estabelecer critérios de atuação institucional em matéria de relevância social.
- e) A independência funcional assegura que os membros do MP não estejam sujeitos a controle de legalidade interna, inclusive quanto à propositura de ações.

38. Durante auditoria de controle externo sobre a atuação institucional do Ministério Público Estadual, a Assembleia Legislativa questionou a legalidade de diversos atos praticados pelo Procurador-Geral de Justiça (PGJ) no exercício de sua função representativa. Entre os fatos apurados, identificaram-se as seguintes condutas:

- I. O PGJ encaminhou ao Governador, diretamente, a proposta orçamentária do Ministério Público, sem a prévia deliberação do Colégio de Procuradores.
- II. Em resposta à convocação da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia Legislativa, o PGJ apresentou-se espontaneamente para prestar esclarecimentos, mas se recusou a responder uma pergunta específica, alegando sigilo institucional.
- III. O PGJ expediu recomendação aos Promotores de Justiça orientando condutas em investigações, com base na autonomia funcional da instituição.

IV. O PGJ firmou convênio com o Tribunal de Justiça para implementação de estrutura conjunta de atendimento à infância e juventude, sem deliberação do Colégio.

V. O PGJ encaminhou, por delegação, a proposta de criação de cargos e reajuste de vencimentos diretamente à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa.

Com base na LC nº 734/1993 e no papel institucional do Procurador-Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Apenas os atos I e V violam as competências institucionais do PGJ, por invadir atribuições exclusivas da Assembleia Legislativa.
- b) Os atos II, III e IV são regulares, pois refletem a autonomia funcional e a prerrogativa de representação externa da instituição.
- c) O ato I é regular, pois compete exclusivamente ao PGJ tratar com os Poderes de Estado sobre o orçamento, independentemente do Colégio.
- d) O ato V é válido, pois a delegação administrativa permite ao PGJ transferir todas as funções representativas ao seu substituto legal.
- e) Os atos II e V são irregulares, sendo a recusa injustificada em prestar informações crime de responsabilidade, e a proposta orçamentária deve passar pelo Colégio.

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO - PARTE DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

39. Segundo a doutrina, “os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna” (André de Carvalho Ramos, 2024). A partir de tal conceito, depreende-se a ideia de que os direitos humanos possuem como característica

- a) a disponibilidade
- b) o relativismo preponderante
- c) a prescritibilidade
- d) a universalidade
- e) seu rol taxativo

40. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) é o principal instrumento do sistema global de direitos humanos, o grande marco de universalização desses direitos. Com base no texto da DUDH, analise as assertivas a seguir.

- I. O direito de não ser submetido à escravidão e a servidão, de não ser submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, bem como de não ser condenado à pena de morte, a não ser em casos de guerra declarada, são direitos humanos previstos pela Declaração.
- II. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado, a não ser pelo cometimento de crimes de competência do Tribunal Penal Internacional, por serem de grave violação aos direitos humanos.
- III. A DUDH prevê que, no exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

41. Sobre as garantias judiciais previstas pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), assinale a alternativa correta.

- a) Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro do prazo de até 48h, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial
- b) Garante-se expressamente ao acusado o direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior
- c) Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, tem como garantia mínima, a de ser assistida por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal, o qual será pago pelo acusado, caso não comprove sua hipossuficiência
- d) O acusado absolvido por sentença passada em julgado poderá se submetido a novo processo pelos mesmos fatos, justificadamente
- e) O processo penal deve ser privado, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

42. A Constituição Federal e a doutrina de Direito Administrativo estabelecem a estrutura da Administração Pública brasileira a partir da distinção entre Administração Direta e Indireta, bem como das diversas entidades que as compõem.

Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal, e submetem-se, predominantemente, ao regime jurídico de direito privado, possuindo autonomia apenas administrativa.
- b) As fundações públicas de direito público integram a Administração Direta, sendo criadas por decreto autônomo do Poder Executivo, desde que haja previsão orçamentária específica.
- c) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços públicos e exploram atividades econômicas, dependendo de autorização legal para sua instituição.
- d) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei autorizadora, e devem obrigatoriamente adotar a forma de sociedade anônima.
- e) As entidades integrantes da Administração Indireta gozam de total independência frente ao ente criador, não se sujeitando a qualquer forma de supervisão ou controle estatal.

43. Os princípios da Administração Pública constituem o alicerce sobre o qual se assenta a atuação estatal, orientando tanto a criação das normas quanto o comportamento dos agentes públicos.

Com base nesses princípios, assinale a opção correta.

- a) O princípio da impessoalidade impede que a Administração utilize critérios diferenciados para atender situações desiguais, devendo tratar todos

os administrados de forma absolutamente igualitária.

- b) O princípio da moralidade exige que o ato administrativo seja praticado de acordo com a lei, sendo suficiente o cumprimento formal da norma, ainda que o agente aja com desvio ético.
- c) O princípio da publicidade implica apenas o dever de publicação dos atos oficiais, sem se relacionar com a transparência da gestão pública.
- d) O princípio da legalidade autoriza a Administração Pública a praticar qualquer ato que não seja expressamente proibido pela lei, desde que destinado ao interesse público.
- e) O princípio da eficiência impõe à Administração Pública o dever de buscar resultados positivos para o interesse coletivo, com economicidade, produtividade e qualidade na prestação dos serviços.

44. O controle da Administração Pública constitui instrumento essencial para assegurar a legalidade, legitimidade e eficiência da atuação estatal, permitindo que os atos administrativos sejam fiscalizados e, se necessário, corrigidos.

Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) O controle interno é aquele exercido por um Poder sobre os atos de outro, com o objetivo de assegurar a harmonia entre os poderes.
- b) O controle externo abrange, exclusivamente, a fiscalização contábil e financeira realizada pelo Tribunal de Contas da União.
- c) O controle hierárquico é típico da Administração Direta, decorrendo da relação de subordinação entre órgãos e agentes, permitindo revisão, avocação e anulação de atos.
- d) O controle judicial alcança o mérito administrativo, podendo o juiz substituir o juízo de conveniência e oportunidade da Administração.
- e) O controle legislativo impede o exercício do controle administrativo interno, por se tratar de competência exclusiva do Poder Legislativo.

45. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa - nº 8.429/1992, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- b) Para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
- c) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, sendo-lhe aplicáveis as demais sanções previstas decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação.

46. Os poderes administrativos são instrumentos indispensáveis para que a Administração Pública cumpra suas finalidades, devendo ser exercidos como poderes-deveres, em benefício da coletividade.

Com base nesse tema, assinale a opção correta.

- a) O poder de polícia caracteriza-se pela possibilidade de limitar direitos individuais em prol do interesse público, observados os princípios da legalidade e da proporcionalidade.
- b) O poder disciplinar confere ao administrador a competência para distribuir e escalonar funções e revisar atos de seus subordinados.
- c) O poder regulamentar permite à Administração inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações sem amparo legal.
- d) O poder hierárquico consiste na prerrogativa de impor sanções a servidores públicos pela prática de infrações funcionais.
- e) O poder normativo é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo, razão pela qual o Executivo não pode editar regulamentos ou decretos.

47. Os atos administrativos são manifestações unilaterais da vontade da Administração, praticados sob o regime jurídico de direito público e destinados a produzir efeitos jurídicos. Sobre o tema, assinale a opção correta.

- a) A presunção de legitimidade é um atributo que permite à Administração criar normas jurídicas com força de lei.
- b) A revogação do ato administrativo ocorre quando o ato é legal, mas se torna inconveniente ou inoportuno, não gerando efeitos retroativos.
- c) A discricionariedade autoriza a Administração a agir conforme sua conveniência, mesmo que em desconformidade com a lei.
- d) O motivo e a motivação são conceitos idênticos, sendo dispensável a exposição dos fundamentos fáticos e jurídicos do ato administrativo.
- e) A anulação de um ato administrativo tem natureza política e pode ser realizada a qualquer tempo, independentemente da verificação de ilegalidade.

48. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que trata das Licitações e Contratos Administrativos, indique a alternativa que apresenta informação **incorreta**.

- a) Se a Administração optar por realizar o leilão por meio de leiloeiro oficial, deverá selecioná-lo por licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, utilizando como critério de julgamento o maior desconto sobre as comissões que serão cobradas.
- b) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
- c) O processo licitatório tem, entre seus objetivos, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- d) É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a sua combinação.
- e) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

DIREITO ADMINISTRATIVO - PARTE DE LEG. ADMINISTRATIVA

Tiago Zanolla

49. Durante inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, foi analisado o trâmite de um procedimento investigatório criminal (PIC) instaurado por Promotor de Justiça com atribuição criminal. A defesa de um investigado alegou nulidade absoluta da futura ação penal, argumentando que a ausência do PIC representaria violação ao devido processo legal, por se tratar de condição de procedibilidade. Por outro lado, a equipe de inspeção verificou que o PIC foi conduzido mesmo havendo inquérito instaurado por outro órgão legitimado da Administração Pública.

Com base na Resolução nº 181/2017 do CNMP (versão compilada), é correto afirmar que:

- a) O PIC é condição essencial para o oferecimento da denúncia, sendo obrigatória sua instauração prévia.
- b) O Ministério Público deve abster-se de instaurar PIC sempre que houver inquérito policial em curso, para evitar duplicidade investigatória.
- c) A instauração do PIC é facultativa e sua inexistência não impede o oferecimento da ação penal, tampouco exclui a atuação de outros órgãos de investigação.
- d) A existência de investigação por outro órgão torna ilegal a instauração do PIC, sob pena de usurpação de competência.
- e) O PIC somente pode ser instaurado mediante autorização judicial, por se tratar de procedimento investigatório de natureza jurisdicional.

50. Em procedimento investigatório criminal instaurado para apurar esquema de lavagem de dinheiro com recursos desviados de convênios federais, um Promotor de Justiça estadual, ao receber Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), decidiu utilizá-lo como prova direta e imediata para propositura da ação penal, sem realizar qualquer procedimento apuratório prévio, nem observância do sigilo ou confronto com outras fontes.

À luz da Recomendação de Caráter Geral CNMP nº 4/2017, é correto afirmar que a conduta do Promotor:

- a) é compatível com a Recomendação, pois os Relatórios de Inteligência Financeira possuem natureza probatória e dispensam formalização.
- b) está em desconformidade com a Recomendação, pois o RIF deve ser tratado como diligência investigatória e autuado com observância do sigilo.
- c) é válida, desde que o RIF tenha sido solicitado formalmente ao Coaf e sua origem registrada no SEI-e do órgão.
- d) é nula, pois somente o Ministério Público Federal possui competência para utilizar RIFs na esfera penal.
- e) encontra respaldo normativo, pois os RIFs são documentos públicos de livre acesso institucional.

51. Ao receber comunicação de arquivamento de um procedimento administrativo instaurado para apurar a negativa de fornecimento de medicamento essencial pelo SUS, um cidadão procurou a Promotoria de Justiça questionando se poderia impugnar tal decisão, alegando a continuidade da violação ao seu direito à saúde. O Promotor responsável esclareceu que não haveria mais tramitação, pois a decisão de arquivamento já havia sido registrada no sistema, não cabendo recurso.

Com base na Resolução CNMP nº 174/2017, é correto afirmar que:

- a) O Promotor agiu corretamente, pois o arquivamento em procedimentos administrativos não admite recurso em nenhuma hipótese.
- b) O recurso contra o arquivamento é cabível, mas apenas se o procedimento administrativo tiver sido instaurado por provocação do noticiante.
- c) O noticiante tem direito ao recurso no prazo de 10 dias, devendo ser cientificado da decisão de arquivamento, salvo se o procedimento tiver sido instaurado de ofício.
- d) A comunicação da decisão de arquivamento deve ocorrer exclusivamente por meio postal com aviso de recebimento, sob pena de nulidade.
- e) O recurso será interposto diretamente perante o Conselho Superior ou Câmara de Coordenação, independentemente de manifestação do órgão que arquivou o feito.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

52. Durante fiscalização ambiental, um servidor público foi abordado por um empresário, que lhe ofereceu R\$ 10.000,00 para que deixasse de autuar a empresa por infrações graves. O servidor, então, exigiu R\$ 20.000,00 para atender à solicitação. Assinale a alternativa correta.

- a) O servidor responderá por concussão, pois exigiu vantagem indevida.
- b) O servidor responderá por corrupção ativa, pois solicitou a vantagem.
- c) A conduta configura prevaricação, por não agir conforme o interesse público.
- d) O agente incorreu no crime de corrupção passiva, pois solicitou e exigiu vantagem indevida.
- e) Não há crime, pois a infração ambiental não é punida criminalmente.

53. Beatriz foi casada com Eduardo, e o casal se separou em fevereiro de 2022. No mês seguinte, Beatriz retornou à antiga residência para recolher alguns pertences pessoais que haviam ficado no local após a separação e acabou sendo agredida por Eduardo. Submetida a exame de corpo de delito, constatou-se a ocorrência de lesões corporais leves. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Como o vínculo conjugal já havia sido encerrado, não há falar em violência doméstica, de modo que Beatriz disporá de prazo decadencial de seis meses para apresentar representação contra Eduardo, possibilitando o ajuizamento da ação.
- b) Como o vínculo conjugal já havia sido encerrado, não há que se falar em violência doméstica, de modo que Beatriz terá o prazo prescricional de seis meses para apresentar representação contra Eduardo, possibilitando o ajuizamento da ação.
- c) Havendo exame de corpo de delito, o juiz, ao proferir sentença, ficará vinculado ao laudo pericial, não podendo dele divergir.
- d) Caso a ação penal seja proposta, deverá seguir o procedimento comum sumário.
- e) A ação penal referente ao delito descrito é de natureza pública incondicionada.

54. Durante uma festa, Carlos percebeu que sua amiga Lívia apresentava sinais de uma emergência médica e necessitava de atendimento hospitalar imediato. Sem demora, ele a levou ao hospital mais próximo. Ao chegar, a equipe médica condicionou o atendimento à apresentação prévia de garantias de pagamento e ao preenchimento de formulários cadastrais antes de iniciar os procedimentos.

Nessa situação, é correto afirmar que a conduta da equipe do hospital configura, em tese:

- a) O crime de omissão de socorro, com pena triplicada caso a recusa de atendimento resulte na morte de Lívia.
- b) O crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial, cuja pena será

triplicada se da negativa resultar a morte da paciente.

- c) O crime de omissão de socorro, com aumento de pena de até o dobro, caso a negativa de atendimento leve à morte de Lívia.
- d) O crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial, com aumento de pena de até o dobro se da recusa decorrer a morte da vítima.
- e) O crime de exposição da vida ou saúde de outrem a perigo, na modalidade culposa, com aumento de pena de um sexto a um terço, caso ocorra o óbito.

55. Considere que, em 2021, ocorreu a subtração de valores e objetos dentro de uma agência bancária. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o agente utilize arma de brinquedo, haverá incidência de causa de aumento de pena.
- b) Se o crime for cometido com arma branca, configura-se roubo simples.
- c) Se for empregada arma de fogo de uso restrito, a pena deverá ser aplicada em dobro.
- d) A utilização de explosivos na prática do delito acarreta aumento de pena de 1/3 até a metade.
- e) Quando houver rompimento ou destruição de obstáculo mediante uso de explosivos ou artefato semelhante que gere perigo comum, o magistrado poderá elevar a pena na primeira fase da dosimetria.

56. Um servidor público que atua como dentista em uma unidade de saúde municipal, ao emitir atestado falso com o objetivo de justificar a ausência de sua sobrinha no trabalho, comete o crime tipificado em:

- a) Falsidade de atestado médico.
- b) Prevaricação.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsificação de papéis públicos.
- e) Falsidade ideológica em certidão ou atestado.

57. Com relação às hipóteses de extinção da punibilidade, conforme disposto no Código Penal Brasileiro, escolha a alternativa correta:

- a) A prescrição da pretensão punitiva decorre da passagem do tempo, porém não alcança os crimes hediondos, por serem considerados imprescritíveis.
- b) A morte do agente extingue a punibilidade, preservando-se os efeitos civis eventualmente reconhecidos.
- c) O perdão judicial pode ser concedido pelo juiz nos crimes culposos, desde que o agente tenha reparado o dano e não possua antecedentes, independentemente da gravidade do fato.
- d) A retratação do agente, quando admitida em lei, extingue a punibilidade apenas se realizada antes do início da ação penal, não sendo possível após o oferecimento da denúncia.
- e) A anistia extingue a punibilidade de crimes de natureza política ou a eles conexos, não sendo aplicável aos crimes comuns ainda que praticados em conjunto com aqueles.

58. No que se refere às regras que disciplinam a ação penal, conforme dispõe o Código Penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Após o oferecimento da denúncia, a representação torna-se irretratável.
- b) Em caso de falecimento do ofendido ou quando este for declarado ausente por decisão judicial, o direito de apresentar queixa ou de continuar a ação será transferido ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- c) O perdão, concedido dentro ou fora do processo, seja de forma expressa ou tácita, se outorgado por um dos ofendidos, estende-se automaticamente aos demais.
- d) Considera-se perdão tácito aquele que decorre de comportamento incompatível com a intenção de dar continuidade à ação penal.

e) Há renúncia tácita ao direito de queixa quando o ofendido pratica ato incompatível com a intenção de exercê-lo; contudo, o simples recebimento de indenização pelo dano não configura essa renúncia.

59. O concurso de pessoas é um instituto do Direito Penal amplamente estudado pela doutrina, que se refere à cooperação de dois ou mais indivíduos na execução de uma infração penal. Considerando as regras aplicáveis a essa situação, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de vários participantes não é elemento necessário nos crimes que exigem a atuação conjunta de mais de um agente.
- b) As circunstâncias e condições de caráter pessoal sempre se estendem a todos os envolvidos no delito.
- c) Todo aquele que, de qualquer forma, contribui para a prática do crime, responde pelas penas a ele previstas, na proporção de sua culpabilidade.
- d) Ainda que se trate de elementares do delito, as circunstâncias e condições de natureza pessoal não se comunicam entre os agentes.
- e) A pena será aplicada de acordo com o crime mais grave, ainda que algum dos partícipes tenha desejado concorrer apenas para um delito de menor gravidade.

60. Marque a alternativa INCORRETA em relação às penas privativas de liberdade, conforme a legislação penal brasileira.

- a) A pena de reclusão deve ser executada nos regimes fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a de detenção será cumprida em regime semiaberto ou aberto, podendo haver transferência para o regime fechado se houver necessidade.
- b) A gravidade abstrata do delito, por si só, não justifica a fixação de regime prisional mais rigoroso do que aquele cabível segundo a pena imposta.
- c) O cumprimento da pena em regime aberto ocorrerá em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- d) O condenado por crime contra a administração pública somente poderá progredir de regime após reparar o dano causado ou devolver o produto do ilícito, devidamente atualizado.
- e) O trabalho do preso deverá ser remunerado, garantindo-se a ele os direitos previdenciários correspondentes.

61. No capítulo referente aos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública, há a tipificação do crime de abandono de função. Esse delito consiste em "deixar o servidor de exercer seu cargo público fora das hipóteses legalmente autorizadas", sendo punido com detenção de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa. A pena será aumentada:

- a) se o ato causar prejuízo a particular.
- b) se o servidor não retornar ao trabalho até o término do expediente.
- c) se o abandono ocorrer em local situado em área urbana.
- d) se o ato resultar em dano econômico.
- e) se o fato ocorrer em local compreendido na faixa de fronteira.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Ivo Martins

62. De acordo com a Lei nº 8.072/90, qual dos crimes listados abaixo é considerado hediondo?

- a) Roubo simples.
- b) Homicídio simples.
- c) Epidemia com resultado morte.
- d) Associação criminosa.
- e) Lesão corporal de natureza grave.

63. Conforme a Lei nº 9.613/98, o crime de lavagem de dinheiro:

- a) Depende da condenação prévia pelo crime antecedente.
- b) Admite a modalidade culposa.
- c) Caracteriza-se pela ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
- d) É punível apenas se a infração penal antecedente for o tráfico de drogas.
- e) Ocorre apenas na fase de "integração" dos valores ao sistema financeiro.

64. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03), o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido (Art. 12) é classificado como:

- a) Crime de perigo concreto, exigindo a demonstração de lesão efetiva.
- b) Crime instantâneo, que se consuma no momento da aquisição da arma.
- c) Crime de mão própria, que só pode ser cometido pelo proprietário da arma.
- d) Crime permanente, cuja consumação se prolonga no tempo enquanto o agente mantiver a posse ou a guarda da arma.
- e) Infração de menor potencial ofensivo, independentemente das circunstâncias.

65. Segundo a Lei nº 11.343/06, no caso do chamado "tráfico privilegiado" (Art. 33, § 4º), um dos requisitos para a redução de pena é que o agente:

- a) Seja reincidente em crimes de qualquer natureza.
- b) Colabore voluntariamente com a investigação policial.
- c) Seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- d) Forneça drogas apenas para usuários dependentes.
- e) Cometa o crime sem o emprego de violência ou grave ameaça.

66. Para a configuração de um crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/19), é indispensável que a conduta do agente público seja praticada:

- a) Com dolo ou culpa.
- b) Com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- c) Apenas durante o horário de expediente.
- d) Exclusivamente por membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público.
- e) Resultando em dano material efetivo para a vítima.

67. A Lei nº 9.296/96 estabelece os requisitos para a interceptação de comunicações telefônicas. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese em que a interceptação **NÃO** será admitida.

- a) Quando houver indícios razoáveis de autoria em infração penal.
- b) Para investigação de crime punido com pena de reclusão.
- c) Quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- d) Por determinação de ofício do juiz, no curso da investigação criminal.

e) Quando o objeto da investigação for a preparação de um crime grave.

68. De acordo com a definição legal trazida pela Lei nº 12.850/13, considera-se organização criminosa a associação de:

- a) 3 ou mais pessoas, estruturalmente ordenada, para a prática de crimes com pena máxima superior a 3 anos.
- b) 4 ou mais pessoas, mesmo que sem divisão de tarefas, para a prática de qualquer crime.
- c) 5 ou mais pessoas, com emprego de arma de fogo, para a prática de crimes contra a administração pública.
- d) 2 ou mais pessoas, com o objetivo de cometer crimes hediondos ou equiparados.
- e) 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

69. A Lei nº 9.029/95 proíbe práticas discriminatórias para acesso ou manutenção da relação de emprego. Segundo esta lei, constitui crime:

- a) A exigência de atestado de antecedentes criminais em qualquer situação.
- b) A exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez.
- c) A preferência por contratação de trabalhadores residentes na mesma cidade da empresa.
- d) A não contratação de candidato por falta de qualificação técnica para a vaga.
- e) O pagamento de salários diferentes para funções diferentes.

70. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual das seguintes condutas é tipificada como crime?

- a) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- b) Deixar o responsável, sem justa causa, de prover à instrução fundamental de filho em idade escolar.
- c) Vender fogos de artifício, incluindo aqueles de reduzido potencial ofensivo, a criança ou adolescente.
- d) Hospedar criança ou adolescente em hotel, motel ou estabelecimento congênere, desacompanhado dos pais, mas com autorização escrita deles.
- e) Permitir que o filho adolescente frequente um bar após as 22h.

71. A Lei nº 13.344/16 alterou o Código Penal para tipificar o crime de Tráfico de Pessoas (Art. 149-A). Segundo a lei, a pena é aumentada de um terço até a metade se:

- a) O agente for primário e não integrar organização criminosa.
- b) O crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência.
- c) A vítima for transportada apenas dentro do território nacional.
- d) O crime for cometido com a finalidade de exploração sexual, exclusivamente.
- e) A vítima consentir com o ato de agenciamento ou transporte.

- c) ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal
- d) decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência sigilosa
- e) determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento

73. Acerca do inquérito policial, nos termos expressamente previstos no CPP, assinale a alternativa incorreta:

- a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais
- b) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos do inquérito ao Ministério Público
- c) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para novas diligências, que serão realizadas no prazo assinalado pelo juiz
- d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia
- e) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

72. Nos termos do CPP, é correto afirmar que não se inclui entre as competências do Juiz das Garantias:

- a) receber a comunicação imediata da prisão
- b) receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão

74. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade
- b) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra
- c) Por se tratar de demanda em que há interesse meramente privado, não pode o MP aditar a queixa-crime nos casos de ação penal privada exclusiva
- d) No caso de morte ou declaração judicial de ausência do ofendido, o direito de queixa passará ao Ministério Público
- e) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de 30 dias

75. Daniela foi vítima de crime de furto qualificado, praticado em 19.04.2025. O membro do Ministério Público recebeu os autos do Inquérito Policial já com o relatório final elaborado pelo Delegado de Polícia, mas não adotou qualquer providência válida, deixando transcorrer o prazo para oferecimento da denúncia.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria delitiva
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública enquanto não ocorrer a prescrição
- d) A vítima somente poderá ajuizar ação penal privada subsidiária se houver prova nova
- e) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa

76. A Lei 13.964/19 incluiu no CPP o chamado “acordo de não persecução penal”, cabível quando preenchidos os requisitos legais. Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que não será admitida a proposta de acordo de não persecução penal:

- a) caso se trate de crime com pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade
- b) se o investigado for reincidente, em qualquer caso
- c) caso tenha sido o agente beneficiado, nos 08 anos anteriores ao cometimento da infração, com transação penal, suspensão condicional do processo ou ANPP
- d) caso se trate de crime contra a administração pública
- e) nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor

77. As hipóteses de impedimento são consideradas hipóteses nas quais há presunção absoluta de parcialidade do Juiz, estando previstas taxativamente no Código de Processo Penal. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de impedimento do Juiz:

- a) ter funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor do acusado, ainda que somente na fase de investigação criminal
- b) ter o Juiz aconselhado qualquer das partes
- c) ser o Juiz acionista de empresa interessada no processo
- d) ser o Juiz amigo íntimo de uma das partes
- e) ser o Juiz credor ou devedor do réu

78. Sobre o exame de corpo de delito e a cadeia de custódia, assinale a alternativa correta:

- a) O isolamento e a coleta são as duas primeiras etapas da cadeia de custódia
- b) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente pelo agente policial que primeiro chegar ao local do fato criminoso
- c) O processamento é etapa da cadeia de custódia que configura o exame pericial em si, a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito
- d) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência contra mulher
- e) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, preferencialmente portadoras de diploma de curso superior

79. Acerca do sequestro, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, mesmo que já tenha havido sua transferência a terceiro
- b) Para a decretação do sequestro, será necessária prova cabal da proveniência ilícita dos bens a serem sequestrados
- c) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 120 dias, contado da data em que for concluída a diligência
- d) Não há previsão legal para sequestro de bens móveis
- e) O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa, sendo vedada sua decretação de ofício

80. José, residente em Campinas-SP, praticou crime de ação penal privada em desfavor de Maria, que é residente e domiciliada no município de Ribeirão Preto-SP. O crime, todavia, ocorreu na cidade de São Paulo (capital).

Nesse caso, considerando as disposições do CPP, é correto afirmar que Maria, ao ajuizar queixa-crime:

- a) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca do Campinas-SP
- b) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de São Paulo-SP
- c) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Ribeirão Preto-SP
- d) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Ribeirão Preto-SP ou São Paulo-SP
- e) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Campinas-SP ou São Paulo-SP, por se tratar de crime de ação penal privada

81. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que será cabível a prisão preventiva:

- a) quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 anos
- b) quando o acusado for reincidente em crime doloso
- c) quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher apenas
- d) quando ficar evidenciado, pelas provas dos autos, ter o agente praticado o fato em estado de necessidade
- e) ainda que não haja demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado

82. Em relação ao procedimento comum pelos ritos ordinário e sumário, é correto afirmar que:

- a) No rito sumário, a audiência de instrução e julgamento deve ser realizada no prazo máximo de 60 dias
- b) No rito sumário, pode o Juiz conceder prazo às partes para apresentação de alegações finais escritas, por expressa previsão legal
- c) Será adotado o rito sumário para as infrações de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes
- d) No rito ordinário poderão ser arroladas até 08 testemunhas pela acusação e até 08 pela defesa, computando-se nesse número as não compromissadas e as referidas
- e) Será adotado o rito sumário no caso de infrações penais cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a 04 anos de privação da liberdade

83. Acerca do procedimento comum pelos ritos ordinário e sumário, é correto afirmar que a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) houver manifesta causa de exclusão da ilicitude do fato
- b) não houver justa causa para a ação penal
- c) houver manifesta causa excludente de culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade
- d) após a resposta a acusação, o Juiz verificar que o fato narrado evidentemente não constitui crime
- e) após a resposta a acusação, o Juiz verificar que está extinta a punibilidade

84. Nos termos do Código de Processo Penal, o Juiz, ao proferir sentença condenatória em crime de ação pública, deverá:

- a) mencionar as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, desde que alegadas pelas partes
- b) determinar que a sentença seja publicada na íntegra, necessariamente
- c) decretar a prisão preventiva do condenado
- d) fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido
- e) fixar valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido

85. Acerca da restituição de coisas apreendidas, assinale a alternativa correta:

- a) antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas poderão ser restituídas ainda que interessem ao processo
- b) sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público, ainda que se trate de crime de ação penal privada
- c) os instrumentos do crime, cuja perda em favor da União for decretada, e as coisas confiscadas, serão necessariamente inutilizados
- d) a restituição, quando cabível, somente poderá ser ordenada pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante
- e) Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, poderá haver destinação dos bens a museus públicos, ainda que o crime tenha vítima determinada

86. Adriano praticou crime de resistência (detenção, de dois meses a dois anos), já tendo sido beneficiado, há 06 anos, com a transação penal; Haroldo praticou crime de receptação simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), sendo primário, de bons antecedentes e nunca tendo recebido qualquer benefício processual.

Nessa hipótese, considerando as disposições da Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) A transação penal e a suspensão condicional do processo são cabíveis para ambos
- b) A transação penal é cabível para Haroldo, mas não para Adriano
- c) A suspensão condicional do processo é cabível para Adriano, mas não para Haroldo
- d) A transação penal é cabível para Adriano, mas não para Haroldo
- e) A suspensão condicional do processo é cabível para Haroldo, mas não para Adriano

TEORIA GERAL DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Gilmar Possati

87. A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 R2) estabelece as bases para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. De acordo com seus preceitos, assinale a alternativa correta a respeito dos componentes do patrimônio e da apuração de resultados.

- a) As despesas são reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com base no momento do pagamento (regime de caixa), pois este representa o efetivo desembolso financeiro da entidade.
- b) Um ativo é definido como um recurso econômico presente, controlado pela entidade como resultado de eventos passados, do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- c) Ganhos e perdas são sinônimos de receitas e despesas, respectivamente, e devem ser

apresentados na DRE de forma agrupada, sem necessidade de evidenciação em separado.

- d) O Patrimônio Líquido representa os direitos da entidade sobre terceiros e é calculado pela soma do Ativo com o Passivo, refletindo o total de recursos controlados pela empresa.
- e) As receitas devem ser reconhecidas apenas quando o dinheiro é efetivamente recebido, independentemente de o produto ter sido entregue ou o serviço, prestado, a fim de garantir a confiabilidade da informação contábil.

88. A Cia. Comercial Audazes, em 31/12/X1, apresentou os seguintes saldos em seu balancete de verificação, antes da apuração do resultado do exercício:

- Caixa: R\$ 20.000
- Duplicatas a Receber: R\$ 50.000
- Estoques: R\$ 80.000
- Fornecedores: R\$ 45.000
- Empréstimos a Pagar (longo prazo): R\$ 60.000
- Capital Social: R\$ 100.000
- Receita de Vendas: R\$ 150.000
- Custo da Mercadoria Vendida (CMV): R\$ 90.000
- Despesas Administrativas: R\$ 25.000
- Lucros Acumulados: R\$ 5.000

Com base exclusivamente nos saldos apresentados, o valor do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 31/12/X1, após a apuração do resultado, serão, respectivamente:

- a) R\$ 150.000 e R\$ 105.000
- b) R\$ 150.000 e R\$ 140.000
- c) R\$ 210.000 e R\$ 105.000
- d) R\$ 210.000 e R\$ 140.000
- e) R\$ 150.000 e R\$ 135.000

89. A empresa "Audazes & Cia." realizou a aquisição de um novo torno mecânico para sua fábrica no valor de R\$ 120.000,00. O pagamento foi acordado da seguinte forma: uma entrada de R\$ 30.000,00 paga via transferência bancária e o valor restante a ser pago em 24 parcelas mensais. Considerando o método das partidas dobradas, o lançamento contábil que reflete corretamente essa operação no momento da aquisição é:

a) D - Máquinas e Equipamentos (Ativo Não Circulante) R\$ 90.000

C - Contas a Pagar (Passivo Circulante) R\$ 90.000

b) D - Despesa com Aquisição de Máquinas (Resultado) R\$ 120.000

C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante) R\$ 30.000

C - Fornecedores (Passivo Circulante) R\$ 90.000

c) D - Máquinas e Equipamentos (Ativo Não Circulante) R\$ 120.000

C - Caixa (Ativo Circulante) R\$ 30.000

C - Financiamentos a Pagar (Passivo Não Circulante) R\$ 90.000

d) D - Máquinas e Equipamentos (Ativo Não Circulante) R\$ 120.000

C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante) R\$ 30.000

C - Contas a Pagar (Passivo) R\$ 90.000

e) D - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante) R\$ 30.000

D - Contas a Pagar (Passivo) R\$ 90.000

C - Máquinas e Equipamentos (Ativo Não Circulante) R\$ 120.000

90. Para elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), uma empresa levantou as seguintes informações referentes ao ano de X1:

- Receita Bruta de Vendas: R\$ 500.000
- Devoluções de Vendas: R\$ 20.000
- Custo dos Produtos Vendidos (CPV): R\$ 280.000

- Despesa com Salários (paga em X1): R\$ 60.000
- Despesa de Depreciação de Veículos: R\$ 15.000
- Aquisição de um novo terreno para futura expansão: R\$ 100.000
- Despesa com aluguel do escritório referente a X1, a ser paga em X2: R\$ 24.000

Considerando o regime de competência, o Lucro Bruto e o Lucro Operacional (Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos) apurados pela empresa em X1 foram, respectivamente:

a) R\$ 220.000 e R\$ 121.000

b) R\$ 200.000 e R\$ 101.000

c) R\$ 480.000 e R\$ 121.000

d) R\$ 200.000 e R\$ 125.000

e) R\$ 220.000 e R\$ 145.000

Redação (Direito Constitucional e Ministério Público)

O Ministério Público (MP) é definido constitucionalmente como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. A ele incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Desde os seus primórdios, o MP foi considerado "a mão do rei", sendo exercido por procuradores que defendiam os interesses do monarca, e mais tarde passou a ser conhecido como *Parquet*. Para a doutrina dominante, o Ministério Público não integra a estrutura de nenhum dos três Poderes, tratando-se de uma instituição autônoma e independente. Contudo, essa posição não é unânime na doutrina, havendo quem defenda a sua vinculação ao Poder Executivo ou o considere um "quarto poder". Devido ao seu papel de guardião do regime democrático, a doutrina o considera uma cláusula pétrea implícita do texto constitucional. A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente sua competência, direcionando-o para a defesa dos interesses mais elevados da convivência social e política, atuando não apenas perante o Judiciário, mas também na ordem administrativa. Estruturalmente, o Ministério Público abrange o Ministério Público da União (MPU) e os Ministérios Públicos dos Estados (MPE).

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

1. O Ministério Público possui, dentre os seus princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Explique o princípio da unidade e o princípio da indivisibilidade do Ministério Público, indicando a razão pela qual a doutrina considera um princípio corolário (consequência) do outro.
2. A organização do Ministério Público da União (MPU) e dos Ministérios Públicos dos Estados (MPEs) é efetuada com base em leis complementares. Descreva a natureza da lei complementar federal e da lei complementar estadual que versa sobre a organização do MPU e dos MPEs, respectivamente, e a quem compete a iniciativa de cada uma dessas leis.
3. O princípio do promotor natural está implícito no ordenamento jurídico, tendo sido concebido pela doutrina e pela jurisprudência. Apresente as bases constitucionais sobre as quais se assentam o princípio do promotor natural, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), e de que modo a independência funcional limita o princípio da indivisibilidade no que tange à substituição de membros.
4. O Ministério Público assume o papel de *custos societatis* ("guardião da sociedade"). Cite e descreva, com base no art. 129 da Constituição Federal, duas funções institucionais do Ministério Público que se relacionam diretamente com a proteção de interesses difusos e coletivos ou com o controle da atividade policial.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |

Discursiva (Direito Penal)

Com base nos temas aplicação das penas privativas de liberdade, suspensão condicional da pena, livramento condicional e medidas de segurança, responda aos seguintes tópicos:

1. O Código Penal (CP) estabelece um limite para o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade. Apresente o limite máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade no Brasil e descreva a regra da unificação das penas quando a soma das condenações for superior a esse limite.
2. A Suspensão Condicional da Pena (*sursis*) é um benefício de natureza penal que exige requisitos objetivos e subjetivos para a sua concessão. Apresente os principais requisitos objetivos relativos à pena e os requisitos subjetivos exigidos para a concessão do *sursis*.
3. As medidas de segurança são aplicáveis a agentes inimputáveis e semi-imputáveis. Defina o caráter e as espécies das medidas de segurança. Além disso, descreva o prazo de duração dessas medidas conforme o Código Penal (CP) e o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Discursiva (Direito Processual Penal)

Sobre o tema " **ação penal pública** " e " **ação penal privada subsidiária da pública**", responda aos seguintes questionamentos:

- a) Cite os princípios regentes da ação penal pública incondicionada e explique ao menos dois deles.
- b) Determine quais seriam os prazos para o oferecimento de denúncia pelo MP (inclusive qual a data de início da contagem). Elucide a possibilidade da propositura de ação penal privada pelo ofendido, explicando a chamada decadência imprópria.
- c) Caso o Ministério Público decida pelo arquivamento dos autos do inquérito policial, será possível ao ofendido o oferecimento de queixa? Justifique.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
